

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		
Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes. O Mercado de Seguros A Bradesco Vida e Previdência apresenta desempenho de destaque no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores, retribuindo a confiança de seus participantes, segurados e beneficiários e a sólida posição conquistada no mercado. Manteve posição de destaque em receitas dos produtos de Previdência Complementar Aberta e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), participando com 20,59% do mercado e deteve 18,21% dos prêmios de seguros de Pessoas, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em dezembro de 2020. A Bradesco Vida e Previdência, com base nos investimentos relativos aos planos de previdência e VGBL, detinha 24,22% do total do mercado, conforme divulgação pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), em dezembro de 2020. Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar A Bradesco Vida e Previdência apresentou, no exercício de 2020, Lucro Líquido de R\$ 2,687 bilhões (R\$ 3,759 bilhões no exercício de 2019). O Patrimônio Líquido somou R\$ 7,480 bilhões, representando uma rentabilidade de 66,71% sobre o Patrimônio Líquido Médio. As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram no exercício de 2020, R\$ 26,118 bilhões (R\$ 29,519 bilhões no exercício de 2019). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R\$ 8,031 bilhões (R\$ 8,263 bilhões no exercício de 2019). As Provisões Técnicas cresceram 3,41%, somando R\$ 257,746 bilhões (R\$ 249,240 bilhões no exercício de 2019), e as aplicações financeiras 3,09%, atingindo R\$ 266,910 bilhões (R\$ 258,912 bilhões no exercício de 2019). Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Vida e Previdência, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas. A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Aplicações Financeiras As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias Valor Justo por meio do Resultado (Negociação), “Disponível para Venda” e “Mantidos até o Vencimento”, conforme normas contábeis em vigor. De acordo com essas normas, a Bradesco Vida e Previdência S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”. Evento Societário Após obtenção de aprovação prévia junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), foi realizada a absorção da parcela do Patrimônio Líquido da Bradesco Seguros S.A., mediante a transferência da Carteira Vida, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2020. Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 23b às Demonstrações Contábeis. Inovações em Produtos e Serviços A Bradesco Vida e Previdência vem contribuindo para disseminar a cultura de proteção e poupança de longo prazo através dos seus produtos de Seguros de Vida e Previdência Complementar. Atenta às recentes transformações do mercado e, visando uma melhor experiência dos seus segurados e participantes, destacam-se as principais ações: No ramo de Previdência Complementar Aberta, o exercício de 2020 foi marcado pela ampliação dos serviços disponíveis por meios digitais e o aumento das opções de produtos na grade de planos individuais e empresariais. Essas novas opções tiveram como foco atender às demandas dos clientes por maior diversidade de fundos previdenciários e ajuste do <i>portfólio</i> à realidade do mercado. Os cenários econômicos adversos foram considerados nesta ampliação, objetivando uma maior adequação das opções de produtos aos perfis de risco dos participantes e suas necessidades de longo prazo, apoiando na realização de seus objetivos e proporcionando uma maior diversificação da sua carteira de produtos de previdência. No ramo de Seguros de Pessoas, no exercício de 2020, a Bradesco Vida e Previdência acelerou a transformação digital para garantir resultados ainda melhores da experiência dos clientes e parceiros de negócios, principalmente, por ocasião da pandemia da COVID-19. Entre as melhorias dos serviços, destacam-se o aceite digital e comunicado de sinistros com a utilização de tecnologias e canais totalmente digitais. Destaca-se também a simplificação do processo de subscrição de riscos e a cobertura dos sinistros de morte em decorrência de COVID-19. Em busca de melhoria contínua e otimização de processos, a Bradesco Vida e Previdência vem atuando de forma consistente na implementação de soluções que resultem em menor impacto ambiental, tais como a implementação de processos de contratação, portabilidade, manutenção, certificados e extratos totalmente digitais, reduzindo de forma relevante a utilização de papel. Gestão de Riscos O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas		
no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange, desde a Alta Administração, até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados. Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o aculturamento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos. Controles Internos A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana <i>Sarbanes-Oxley</i> e os principais <i>frameworks</i> internacionais de controles, como o <i>COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)</i> e o <i>COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)</i>. A Bradesco Vida e Previdência realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atual e Conformidade da Bradseg Participações. Compliance O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Em complemento, a Área de <i>Compliance</i> atua na captação, divulgação e devido acompanhamento das regulamentações aplicáveis, para assegurar a aderência. O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos e controles consistentes, aplicados no devido monitoramento das operações, apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e mantendo disponíveis os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. A aplicação dos princípios de conduta, estabelecidos pela Organização Bradesco e pelo Grupo Bradesco Seguros nas relações com os clientes, parceiros, fornecedores e demais partes relacionadas, também faz parte da atuação da Área de <i>Compliance</i>, através do monitoramento contínuo e ações periódicas para o aculturamento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência com nossos produtos e serviços. O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma premiação de contas transparente e ética às partes interessadas. Governança de Dados e Segurança da Informação Dado o cenário de requerimentos das publicações de atos normativos por parte dos Órgãos Reguladores, a exigência de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, a Bradesco Vida e Previdência reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e dos clientes, com ênfase especial à governança de dados, segurança da informação e privacidade dos dados pessoais e sensíveis, dentro e fora da organização. Sendo assim, a Bradesco Vida e Previdência tem acompanhado de forma bastante presente as necessidades dos reguladores e clientes, apoiando-se nas melhores práticas de mercado, assegurando-se por meio de processos a qualidade, transparência e proteção aos dados, garantindo a consistência e confiabilidade durante todo o ciclo de tratamento de dados e, com isso, dando um foco especial à governança de dados e segurança da informação. Premiações No exercício de 2020, a Bradesco Vida e Previdência recebeu reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacam-se: • Prêmio Marcas de Confiança 2020 no segmento de “Previdência Privada”, promovido pela revista Seleções, em parceria com o Instituto Datafolha; • Foi premiada na categoria “Serviços Financeiros - Seguradoras” na 6ª edição do prêmio Estadão Empresas Mais, promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo; • No Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, promovido pelo Grupo Padrão com coordenação técnica do Centro de Inteligência Padrão (CIP), ganhou o troféu no segmento de “Seguro de Vida”; • Pela primeira vez, foi eleita a melhor empresa em “Previdência” no especial “O Melhor de São Paulo – Marcas e Serviços”, organizado pelo jornal Folha de S. Paulo; e • Recebeu o troféu de melhor seguradora em “Seguro de Vida” no XXI prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente. A premiação é considerada o Oscar brasileiro de serviços ao cliente. Agradecimentos Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios. Barueri, 02 de fevereiro de 2021.		
Diretoria		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 <i>(Em milhares de reais)</i>				
ATIVO	Nota	2020	2019	
CIRCULANTE		227.005.712	215.395.413	
Disponível		74.904	43.950	
Caixa e bancos		74.904	43.950	
Aplicações	4	226.164.372	214.469.228	
Créditos das operações com seguros e resseguros		265.173	356.422	
Prêmios a receber	6	252.593	342.178	
Operações com seguradoras		2.650	12.215	
Operações com resseguradoras	7	9.930	2.029	
Outros créditos operacionais		203.697	191.523	
Ativos de resseguro e retrocessão	7	18.431	20.335	
Títulos e créditos a receber		249.853	269.379	
Títulos e créditos a receber		235.842	246.272	
Créditos tributários e previdenciários	8.a	13.683	22.575	
Outros créditos		328	532	
Despesas antecipadas		4.309	4.784	
Custo de aquisição diferidos		24.973	39.792	
Seguros	14.c	24.973	39.792	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		41.162.472	45.074.717	
Realizável a longo prazo		41.024.210	44.891.828	
Aplicações	4	40.745.723	44.442.845	
Ativos de resseguro e retrocessão	7	7.740	4.519	
Títulos e créditos a receber		270.747	444.464	
Depósitos judiciais e fiscais	15.c	268.513	442.265	
Outros créditos operacionais		2.234	2.199	
Investimentos		2.553	17.915	
Outros investimentos		2.553	17.915	
Imobilizado		7.640	7.064	
Bens móveis		3.219	1.759	
Outras imobilizações		4.421	5.305	
Intangível		128.069	157.910	
Outros intangíveis	9	128.069	157.910	
Total do ativo		268.168.184	260.470.130	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2020	2019
Prêmios emitidos		8.030.520	8.262.529
Contribuições para cobertura de riscos		710.773	1.060.419
Variações das provisões técnicas de prêmios		(3.785.313)	(3.601.239)
Prêmios ganhos	21.a	4.955.980	5.721.709
Sinistros ocorridos	21.b	(1.800.745)	(1.616.629)
Custos de aquisição	21.c	(784.628)	(947.329)
Outras receitas e despesas operacionais	21.d	(217.976)	(93.805)
Resultado com operações de resseguro	21.e	(8.960)	1.641
Receita com resseguro		8.732	27.337
Despesa com resseguro		(17.692)	(24.657)
Outros resultados com Resseguro		-	(1.039)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		9.488	12.192
Rendas de contribuições e prêmios	21.f	25.407.718	28.458.348
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(25.398.230)	(28.446.156)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	21.g	1.875.701	2.028.371
Variação de outras provisões técnicas		182.206	316.517
Custos de aquisição	21.c	(43.404)	(59.941)
Outras receitas e despesas operacionais	21.h	48.442	13.894
Despesas administrativas	21.i	(743.379)	(929.874)
Despesas com tributos	21.j	(296.003)	(365.465)
Resultado financeiro	21.k	1.217.886	1.966.249
Resultado operacional		4.394.608	6.047.530
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(44.841)	(120)
Resultado antes dos impostos e participações		4.349.767	6.047.410
Imposto de renda	21.l	(1.026.993)	(1.407.912)
Contribuição social	21.l	(629.952)	(871.117)
Participações sobre o resultado		(6.167)	(9.660)
Lucro líquido do exercício		2.686.655	3.758.721
Quantidade de ações		193.699	193.699
Lucro líquido por ação - R\$		13.870,26	19.404,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.686.655	3.758.721
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(511.263)	2.829.859
Diferimento do Ajuste a valor justo de ativos financeiros reclassificados para categoria de mantidos até o vencimento	(139.124)	(122.243)
Efeito dos impostos	260.155	(1.083.046)
Total do resultado abrangente do exercício	2.296.423	5.383.291
Atribuível aos acionistas:		
Controladores	2.296.423	5.383.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.863.665	572.733	385.862	1.593.042	-	5.415.302
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.624.570	-	1.624.570
Distribuição de dividendos (Conforme ata de reunião de diretoria em 29.03.2019)	-	-	(385.862)	-	-	(385.862)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.758.721	3.758.721
Dividendos pagos conforme atas de reunião de diretoria de 29.03.2019; 17.10.2019 e 12.12.2019 (R\$ 13.934,70 por ação)	-	-	-	-	(2.699.138)	(2.699.138)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 1.109,97 por ação)	-	-	-	-	(215.000)	(215.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	-	-	(594.583)	-
Dividendos propostos (R\$ 1.290,66 por ação)	-	-	594.583	-	(594.583)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.863.665	572.733	594.583	3.217.612	-	7.248.593
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(390.232)	-	(390.232)
Dividendos pago conforme ata de 27.02.2020 (R\$ 3.069,62 por ação)	-	-	(594.583)	-	-	(594.583)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.686.655	2.686.655
Dividendos pagos conforme atas de reunião de diretoria de 27.02.2020; 30.06.2020 e 28.12.2020 (R\$ 6.997,54 por ação)	-	-	-	-	(1.355.417)	(1.355.417)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 593,70 por ação)	-	-	-	-	(115.000)	(115.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	-	-	(1.216.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.863.665	572.733	1.216.238	2.827.380	-	7.480.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas e previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779 – Empresarial 18 Forte - Barueri - São Paulo.
O controlador direto da Companhia é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A. A Companhia, por intermédio de filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta.
As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.
Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 02 de fevereiro 2021.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação
Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, apresentação e moeda funcional
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 14 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 15 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b). Ativos e/ou passivos de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais.

e. Classificação dos contratos de seguros
A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 (R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação estão descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)
São representados por depósitos bancários sem vencimento, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo
A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:
Quotas em fundos de investimentos
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.
Títulos Públicos
Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
Ações e Fundos Imobiliários
Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3).
Título privados - Certificado de Depósitos Bancários e Letras Financeiras
A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.
Debêntures
São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.
As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

vii. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros e de indexadores (Índices de preços) dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).
Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

viii. Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber", "Outros créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável
A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, a redução ao valor recuperável é feita quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos.
No caso das recuperações de cosseguro, a constituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.
Para bens, títulos e outros valores a receber é reconhecida a perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

h. Imobilizado
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.
O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.
Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.
Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.
A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento; 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

i. Ativos intangíveis

i. Softwares
Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano.
Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares*, de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.
Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

j. Ativos de resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais se encontram registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para com os segurados.
Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de *impairment* desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

k. Custos de aquisição diferidos
É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas, e as despesas com agenciamentos realizados no período de doze meses.

l. Impairment de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros da Companhia são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

m. Provisões técnicas

i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)
A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata* dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.
A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.
A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.
A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.
A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais, com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais e estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ) elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação de passivo foi calculado conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.
A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico.
A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.
A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais.
As provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC) vinculadas a seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.
A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados.
A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O teste de adequação de passivos (TAP) é elaborado semestralmente e utiliza métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*Improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ – elaboradas pela Fenaprevi) livre de risco e autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser compensado pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores.
A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer. As projeções são realizadas através do teste de adequação do passivo (TAP).
A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.
A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.
A provisão "Outras provisões técnicas (OPT)" refere-se à diferença entre o cálculo das provisões matemáticas, realizado com premissas realistas, à época, aprovadas pela autarquia em 2004, e o cálculo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas do produto.
Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

iii. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Planos de Aposentadoria (PGBL e VGBL).....	BR-EMS	0%	0%
Seguros de Pessoas e Coberturas de Risco.....	AT83 e CSO-58	2% a 3%	10% a 30%

iv. Teste de adequação de passivo (TAP)
A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.
O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaboradas pela Fenaprevi e autorizadas pela SUSEP.
A sinistralidade média projetada foi de 38,8% para os ramos Pessoas Individual e Coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da Companhia gerados com informações a partir de janeiro de 2010. O resultado do teste de adequação de passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2020, apresentou uma insuficiência que, em atendimento à Circular SUSEP 543/16, foi integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento". Para os produtos de previdência complementar aberta e vida com cobertura por sobrevivência, os contratos são agrupados com base no artigo 52, parágrafo 3º da Circular SUSEP 517/2015 e os resultados para fins de gerenciamento são segregados conforme artigo 52, parágrafo 7º da presente Circular.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes
São reconhecidos contabilmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes
São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias
Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

o. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias
A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM (empresa ligada) é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.
O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

iii. Outras obrigações pós-emprego
Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

iv. Outros benefícios de curto prazo
Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

p. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Companhia constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

q. Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência.
Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos.
As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.
O agenciamento das operações de seguros é diferido e apropriado ao resultado, de forma linear, pelo prazo 12 meses.
As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.
As operações de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e suas baixas, com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.
As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente. A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, perdas por redução do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018 e ainda não aprovadas pela SUSEP.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS9)

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 (IAS 39) até a data efetiva do CPC 50 Contratos de Seguros (IFRS 17).

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para o exercício de 2021, objetiva garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

A administração avaliou os impactos da adoção inicial da norma no patrimônio da Companhia, e identificou que os contratos de locação de imóveis atribuíveis a norma impactará o patrimônio no total de R\$ 28.354.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS17)

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

A CPC 50 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

Os normativos, CPC 48 e CPC 50, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultramento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado à Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados à alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao risco de crédito, liquidez, mercado e operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica e as políticas de subscrição e aceitação de riscos são, periodicamente, avaliadas. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos, Compliance, Gestão de Dados, O&P e Ouvidoria, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições, a estruturação de modelos internos para risco de subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios, e certifica as provisões técnicas, além de avaliar o impacto de novos produtos no capital de risco da Companhia.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros.

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato, mesmo que o aviso ocorra após o fim de vigência deste. Todavia, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da provisão técnica inicialmente constituída.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (Asset Liability Management). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos Seguros de Vida e Previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;

- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração, e;
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros e constituição de provisões técnicas de seguros desses riscos são realizados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento, baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos de resseguro e contribuições de previdência.

Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2020					
Região Geográfica	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Total
Sudeste	2.255.909	508.164	15.028.521	5.991.648	23.784.242
Sul	140.133	128.781	3.143.711	975.605	4.388.230
Nordeste	105.824	100.592	2.421.472	539.611	3.167.499
Centro-Oeste	33.121	63.769	1.517.406	343.665	1.957.961
Norte	22.742	31.733	616.613	179.991	851.079
Total	2.557.729	833.039	22.727.723	8.030.520	34.149.011

Distribuição do Prêmio emitido líquido - 31/12/2019					
Região Geográfica	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	Total
Sudeste	2.476.981	730.737	16.848.237	6.331.036	26.386.991
Sul	131.155	204.935	3.585.847	903.255	4.825.192
Nordeste	90.763	131.656	2.597.131	527.469	3.347.019
Centro-Oeste	47.167	79.261	1.829.467	330.566	2.286.461
Norte	24.082	38.166	703.182	170.203	935.633
Total	2.770.148	1.184.755	25.563.864	8.262.529	37.781.296

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Companhia. O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco.
- Longevidade (*Improvement*) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade.
- Conversão em renda – o teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.
- Sinistralidade – é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Companhia recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O teste de sensibilidade para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual foi efetuado considerando as mesmas bases e agrupamentos do teste do TAP com as aplicações das variações descritas nas premissas acima mencionadas. Os resultados estão apresentados no quadro abaixo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Taxas de juros	Improvement	Conversão em renda	Taxas de juros
	0,2 pontos percentuais	0,2 pontos percentuais	5 pontos percentuais	ETJ SUSEP (Ofício 4/2019)
Planos Tradicionais (fase de contribuição)	(2.683)	(406)	(4.859)	(3.106)
PGBL/VGBL (fase de contribuição)	(9.209)	(1.939)	(36.177)	(10.136)
Todos os planos (fase de concessão)	(1.042)	(416)	-	(635)
Total (*)	(12.934)	(2.761)	(41.036)	(13.877)

(*) O impacto considera a compensação da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em cobertura das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

(**) Vide nota explicativa 4c.

Para os seguros de pessoas, o quadro abaixo apresenta o resultado caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros de Vida	(25.588)	(25.486)

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte. Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

								2020
								Exposto exclusivamente a risco de mercado
Aplicações/Rating	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating	Total
Valor justo por meio do resultado	194.503.903	1.124.352	980.818	421.823	6.173.361	1.176.270	1.820.499	7.572.713
Título de renda fixa privado	34.027.323	1.124.352	980.818	421.823	6.173.361	1.176.270	1.820.499	1.628.810
Título de renda fixa público	160.476.580	-	-	-	-	-	-	-
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	5.943.903
Disponíveis para a venda	24.333.759	-	-	14.651	-	51.582	-	7
Título de renda fixa privado	13.709	-	-	14.651	-	51.582	-	-
Título de renda fixa público	24.320.050	-	-	-	-	-	-	-
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	7
Mantidos até o vencimento	28.731.873	-	-	-	-	-	-	-
Título de renda fixa privado	42.791	-	-	-	-	-	-	-
Título de renda fixa público	28.689.082	-	-	-	-	-	-	-
Total	247.569.535	1.124.352	980.818	436.474	6.173.361	1.227.852	1.820.499	7.572.720

								2019
								Exposto exclusivamente a risco de mercado
Aplicações/Rating	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating	Total
Valor justo por meio do resultado	202.328.881	2.459.732	238.319	111.961	382.470	533.687	2.034.413	5.259.954
Título de renda fixa privado	42.148.993	2.459.732	238.319	111.961	382.470	533.687	2.034.413	-
Título de renda fixa público	160.179.888	-	-	-	-	-	-	-
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	5.259.954
Disponíveis para a venda	19.935.978	-	-	-	-	71.942	-	1.099.390
Título de renda fixa privado	11.634	-	-	-	-	71.942	-	-
Título de renda fixa público	19.924.344	-	-	-	-	-	-	-
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.099.390
Mantidos até o vencimento	24.455.346	-	-	-	-	-	-	-
Título de renda fixa privado	75.253	-	-	-	-	-	-	-
Título de renda fixa público	24.380.093	-	-	-	-	-	-	-
Total	246.720.205	2.459.732	238.319	111.961	382.470	605.629	2.034.413	6.359.344

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são absolutamente cruciais, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 0 a 3 meses	3.383.727	2.386.297
Fluxo de 4 a 12 meses	14.258.105	3.796.613
Fluxo de 13 a 60 meses	11.247.004	16.619.069
Fluxo acima de 60 meses	59.469.475	44.449.906
Total	88.358.311	67.251.885

(i) Contempla aplicações, créditos com operações de seguros e resseguros e ativos de resseguro;

(ii) Contempla provisões técnicas, contas a pagar e débitos das operações com seguros, resseguros e previdência complementar.

Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento o/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados nos fluxos os planos de previdência PGBL's e VGBL's.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de Risco

Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços

Índice Bovespa em pontos117,287

Taxa prefixada de 1 ano.....2,87%

Cupom de IPCA de 1 ano.....0,35%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:

Fatores de risco

Período	Taxa de juros	Índices de preços	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2020	(1.722)	(17.272)	(56)	(19.050)	(16.039)
	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

f. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;

Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;

Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;

Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;

Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;

Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;

Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e

Padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e

Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2020	%	2019	%
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	213.773.739	80,11	213.349.417	82,40
Quotas de fundos especialmente constituídos	211.617.915	79,28	210.044.615	81,12
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	2.122.374	0,80	3.280.154	1,27
Fundos de investimentos de terceiros	18.480	0,01	24.648	0,01
Fundos Imobiliários	15.100	0,01	-	-
Swap	(130)	0,01	-	-
Títulos disponíveis para venda	24.399.999	9,13	21.107.310	8,15
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	18.545.586	6,95	14.488.777	5,59
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	5.765.346	2,16	5.409.524	2,09
Títulos de renda variável - ações	7	-	1.099.390	0,42
Títulos de renda fixa - debêntures	66.233	0,02	80.190	0,03
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro.....	13.117	-	14.510	0,01
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - depósito judicial.....	9.710	-	14.919	0,01
Títulos mantidos até o vencimento	28.731.873	10,76	24.455.346	9,45
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	19.638.008	7,35	17.079.702	6,60
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional.....	9.066.542	3,40	7.314.652	2,83
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	27.323	0,01	60.992	0,02
	266.905.611	100,00	258.912.073	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2020			
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	38.217.212	11.610.861	10.063.858	153.881.808
Letras financeiras do tesouro	-	7.246.770	8.867.500	109.328.228
Letras do tesouro nacional	-	280.889	61.709	7.844.886
Notas do tesouro nacional.....	12.503	160.190	-	26.673.905
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(v)	10.651.482	-	-	10.651.482
Letras financeiras de emissores privados	330	2.957.349	357.106	4.063.339
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(v)	17.212.238	-	-	17.212.238
Debêntures	2.574	286.013	307.584	5.161.491
Ações.....	5.943.903	-	-	5.757.662
Quotas de fundos de investimento	2.811.459	-	-	5.943.903
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(v)	1.436.180	185.291	-	2.811.459
Notas comerciais	146.380	349.553	-	1.621.471
Certificado de depósito bancário	163	144.806	376.620	878.314
Depósito a prazo com garantia especial	-	-	10.065	623.571
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	322.196
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	1.161
Certificado de Operações Estruturadas	-	-	83.274	2.369
Swap	-	-	-	83.274
Títulos disponíveis para venda	13.716	775.485	43.260	23.567.538
Notas do tesouro nacional	-	769.393	-	24.260.665
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(v)	13.709	-	-	13.709
Ações (ii).....	7	-	-	7
Debêntures	-	-	-	66.233
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	9.710	9.710
Letras financeiras do tesouro	-	6.132	33.550	49.675
Títulos mantidos até o vencimento	15.468	11.542.574	-	17.173.831
Notas do tesouro nacional	-	11.542.574	-	28.689.082
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	27.323
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(v)	15.468	-	-	15.468
Total	38.246.396	23.928.920	10.107.118	194.623.177

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	35.543.152	3.786.970	9.296.790	164.722.505
Letras financeiras do tesouro	-	689.202	450.992	118.521.727
Letras do tesouro nacional	4.999	135.150	141.342	10.992.046
Notas do tesouro nacional.....	-	-	302.397	28.942.033
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(v)	20.496.066	-	-	20.496.066
Letras financeiras de emissores privados	-	2.546.149	7.802.026	2.548.061
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(v)	41.775	-	-	12.896.236
Debêntures	-	133.086	311.403	41.775
Ações.....	5.259.954	-	-	3.903.214
Quotas de fundos de investimento	1.837.569	-	-	5.259.954
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(v)	7.902.789	102.611	-	1.837.569
Notas comerciais	-	58.429	177.194	8.005.400
Certificado de depósito bancário	-	122.343	111.436	433.586
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	291.464
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	1.817
Títulos disponíveis para venda	1.102.776	2.785	-	2.448
Notas do tesouro nacional	-	-	-	21.107.310
Ações (ii).....	1.099.390	-	-	19.894.915
Debêntures	-	-	-	1.099.390
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	80.190	80.190
Letras financeiras do tesouro	-	2.785	14.919	14.510
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(v)	3.386	-	-	3.386
Títulos mantidos até o vencimento	14.261	-	8.010	24.433.075
Notas do tesouro nacional	-	-	8.010	24.372.083
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	60.992
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(v)	1.356	-	-	1.356
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(v) e (iv)	12.905	-	-	12.905
Total	36.660.189	3.789.755	9.304.800	209.157.329

i. Em função da capacidade financeira da Companhia e, conforme facultado pela norma em vigor, a Administração decidiu no exercício de 2013 pela reclassificação do montante de R\$ 15.136.703, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A mais valia no montante de R\$ 1.053.683, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O saldo amortizado até o momento foi de R\$ 805.542, sendo que o saldo remanescente a amortizar é de R\$ 248.141 (R\$ 387.266 em 2019).

ii. Durante o exercício foram realizadas vendas de ações classificadas como disponíveis para venda, no montante de R\$ 1.728.561 (R\$ 1.728.561 em 2019), o que representou a realização da mais valia no montante de R\$ 150.605 (R\$ 231.664 em 2019).

iii. Para os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento" equivale ao valor de curva. O valor de mercado está apresentado na nota 4d.

iv. Referem-se ao movimento do fluxo de caixa dos FIEs, classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", decorrente de recebimento de cupons efetuados no exercício.

v. Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2020	2019
Total das provisões técnicas	257.745.824	249.240.087
(+) Efeito monetário na elaboração do TAP (*)	2.700.356	2.071.111
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(13.114)	(11.713)
Total a ser coberto (A)	260.433.066	251.299.485
Quotas de fundos especialmente constituídos	211.617.915	210.044.615
Quota de fundos de investimentos	29.465.654	27.689.439
Títulos públicos	29.871.219	24.422.182
Títulos privados	79.114	138.043
Total dado em cobertura (B)	271.033.902	262.294.279
Suficiência (B) - (A)	10.600.836	10.994.794

(*) O resultado do teste de adequação de passivos, realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2020, apresentou uma insuficiência total de R\$ 2.700.356 que foi integralmente compensada pela diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP 517/15 e alterações posteriores. Os contratos foram agrupados com base no artigo 52, parágrafo 3º da Circular SUSEP 517/2015 e os resultados para fins de gerenciamento são segregados conforme artigo 52,

parágrafo 7º da presente Circular. Em decorrência, não foi identificada necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura na data-base.

Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 4/2019/SUSEP/DIR4/CGMOP, a metodologia de Estrutura a Termo das Taxas de Juros (ETTJ) seria revista pela SUSEP durante o ano de 2020, incluindo entre outros, a revisão na metodologia de extrapolação ("Ultimate Forward Rate" - UFR) e revisão da curva de IGPM (diante da baixa liquidez dos ativos disponíveis). Até que seja concluída a avaliação, por parte da SUSEP, a mesma determinou a divulgação do impacto quantitativo no Patrimônio Líquido e no Resultado caso fosse utilizada a ETTJ elaborada pela SUSEP. A insuficiência do TAP, se apurada considerando a ETTJ elaborada pela SUSEP, em 31 de dezembro de 2020, seria de R\$ 2.836.943, que também seria integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento". Adicionalmente, o impacto no resultado e Patrimônio Líquido, originado da Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), que tem como metodologia de cálculo fluxo de caixa descontado pela ETTJ, se utilizado a ETTJ elaborada pela SUSEP, seria de R\$ 13.877, líquido de impostos.

d. Hierarquia do valor justo

As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis de mercado (inputs não observáveis) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2020	2019
	Nível 1	Nível 2
Títulos a valor justo por meio do resultado.....	169.231.942	167.277.411
Letras financeiras do tesouro	125.442.498	119.661.921
Letras do tesouro nacional	8.187.484	11.273.537
Notas do tesouro nacional.....	26.846.598	29.244.430
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	20.496.066
Letras financeiras	-	12.896.236
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(*).....	-	41.775
Debêntures	-	3.903.214
Ações.....	5.943.903	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	8.005.400
Quotas de fundos de investimentos	2.811.459	-
Notas comerciais	-	1.837.569
Certificados de depósitos bancários.....	-	433.586
Certificado de recebíveis imobiliários	-	291.464
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	1.817
Depósito a prazo com garantia especial	-	2.448
Certificado de Operações Estruturadas	-	-
Swap	-	-
Títulos disponíveis para venda	24.320.057	83.576
Notas do tesouro nacional	24.260.665	19.894.915
Ações	7	1.099.390
Letras financeiras do tesouro - judiciais	9.710	14.919
Debêntures	-	80.190
Letras financeiras do tesouro	49.675	14.510
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	3.386
Letras do tesouro nacional- operação compromissada/outros(*).....	-	-
Títulos mantidos até o vencimento (**)	35.004.241	80.361
Notas do tesouro nacional	35.004.241	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	66.100
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(*).....	-	1.356
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	12.905
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*).....	-	-
Total	228.556.240	266.498.932

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

(**) Refere-se ao valor justo na data-base indicada.

continua

	VGBL	PGBL	Tradicionais	Vida	2019 Total
Provisão matemática de benefícios a conceder.....	175.986.615	34.058.765	13.484.497	7.467.122	230.996.999
Provisão matemática de benefícios concedidos	310.890	2.984.675	5.600.007	-	8.895.572
Provisão de resgates e outros valores a regularizar ...	139.799	12.290	731.101	2.237.472	3.120.662
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	-	-	47.954	835.329	883.283
Provisão de sinistros a liquidar - judicial.....	-	5.666	43.260	881.006	929.932
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo	-	192	32.161	419.423	451.776
Provisão de excedente financeiro	-	528	622.139	36	622.703
Provisão de prêmios não ganhos	-	-	8.075	1.016.110	1.024.185
Provisão de despesas relacionadas.....	19.969	318.239	161.365	138.643	638.216
Provisão para excedente técnico	-	-	-	29.705	29.705
Outras provisões técnicas	-	-	1.647.054	-	1.647.054
Total das provisões	176.457.273	37.380.355	22.377.613	13.024.846	249.240.087

b. Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência

i. Seguros - Vida e Previdência - Planos Tradicionais de Risco

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	22.296.969	19.641.616
(-) Retrocessões	(1.823)	(2.756)
Subtotal em 1º de janeiro	22.295.146	19.638.860
Constituição	12.405.327	12.151.773
Reversão	(8.649.385)	(8.499.685)
Sinistros avisados	1.560.616	1.366.594
Sinistros, benefícios e resgates pagos	(4.801.694)	(3.894.879)
Atualização monetária e juros de sinistros	3.162.619	1.532.483
Transferência de Carteira	207.051	-
Subtotal em 31 de dezembro	26.179.680	22.295.146
(+) Retrocessões	2.423	1.823
Saldo em 31 de dezembro	26.182.103	22.296.969

ii. Seguros - Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	176.457.273	166.080.607
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento	22.727.559	25.561.500
Pagamento de benefícios	(42.596)	(38.364)
Pagamento de resgates	(22.561.503)	(20.446.664)
Atualização monetária e juros	5.013.648	10.996.312
Portabilidades	(3.368.006)	(5.742.786)
Outras movimentações	102.474	46.668
Saldo em 31 de dezembro	178.328.849	176.457.273

Sinistros brutos de resseguro	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso.....	1.007.851	1.191.045	1.235.104	1.305.822	1.330.460	1.415.524	1.493.336	1.537.474	1.438.027	1.486.498	1.790.466	
Um ano após o aviso	1.015.094	1.188.264	1.226.271	1.298.610	1.373.160	1.425.789	1.491.439	1.487.961	1.416.097	1.485.510	-	
Dois anos após o aviso	1.021.283	1.188.774	1.236.289	1.326.512	1.368.575	1.403.515	1.468.731	1.503.531	1.455.934	-	-	
Três anos após o aviso	1.011.228	1.197.625	1.236.075	1.309.876	1.277.276	1.323.436	1.449.190	1.519.097	-	-	-	
Quatro anos após o aviso.....	1.022.136	1.195.079	1.234.363	1.296.147	1.242.937	1.310.005	1.462.168	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	1.019.647	1.201.083	1.233.898	1.304.644	1.224.932	1.300.747	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	1.017.766	1.200.703	1.239.976	1.299.984	1.220.007	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	1.009.936	1.209.690	1.240.781	1.315.365	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	1.017.016	1.198.625	1.248.267	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	1.018.947	1.205.411	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso	1.117.028	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base	1.117.028	1.205.411	1.248.267	1.315.365	1.220.007	1.300.747	1.462.168	1.519.097	1.455.934	1.485.510	1.790.466	15.120.000
Pagamentos de sinistros efetuados	(1.010.738)	(1.171.133)	(1.204.411)	(1.258.783)	(1.154.622)	(1.199.756)	(1.346.643)	(1.351.971)	(1.254.848)	(1.256.684)	(1.235.618)	(13.445.207)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativo e judicial).....	106.290	34.278	43.856	56.582	65.385	100.991	115.525	167.126	201.086	228.826	554.848	1.674.793

Não foram considerados no desenvolvimento as operações de retrocessão de R\$ 2.423. O valor da Provisão de sinistros a liquidar de Resseguro monta R\$ 5.443.

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios

	2020	2019
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	172.423	124.105
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	148.666	108.074
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	155.090	165.770
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	73.353	71.039

15. Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. Não existem passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

INSS – A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

- INSS - Contribuição previdenciária Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) – A companhia discutia a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição. Em outubro de 2020, em decorrência do Julgamento da ADI 4673 a Companhia protocolou junto ao STF sua desistência na discussão sobre a incidência da contribuição e, dessa forma, o valor provisionado no montante de R\$ 166.339 (R\$ 163.257 em 31 de dezembro de 2019) foi baixado e o valor do depósito judicial correspondente, no montante de R\$ 166.339 (R\$ 163.257 em 31 de dezembro de 2019) será revertido a favor da União.
- INSS – Valor provisionado R\$ 62.843 – Autuações correspondentes ao período de 2005 a 2011 relativas a contribuição previdenciária (INSS) sobre aportes em planos de Previdência Privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas a incidência de tal tributação (R\$ 40.797) e a multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes (R\$ 22.046).

ii. Processos trabalhistas

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de “Horas extra”. É notório que as horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não tem, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

iii. Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devolução de contribuições/ prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações. As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medida mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% ao mês.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	238.688	126.071	607.269	1.222	973.250
Constituições, atualizações monetárias líquidas					
de reversões e baixas.....	(164.391)	(13.657)	231.235	520	53.707
Pagamentos	-	(12.223)	(241.565)	-	(253.788)
Transferência de Carteira (Nota 1º)	-	-	8.207	-	8.207
Saldo em 31 de dezembro de 2020	74.297	100.191	605.146	1.742	781.376
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	230.590	79.099	609.956	988	920.633
Constituições, atualizações monetárias líquidas					
de reversões e baixas.....	9.042	69.495	234.058	234	312.829
Pagamentos	(944)	(22.523)	(236.745)	-	(260.212)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	238.688	126.071	607.269	1.222	973.250

b. Causas judiciais avaliadas como possíveis e não provisionadas

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Periodicamente são realizados análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes:

- PIS e COFINS da Kirtion Vida e Previdência S.A., incorporada em maio de 2018, no montante de R\$ 133.494 (R\$ 123.791 em 2019). Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definiu o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco de perda desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos. Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com contribuições de planos previdenciários deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objeto principal.

c. Depósitos judiciais e fiscais

	2020	2019
INSS (*)	-	163.257
Cíveis e trabalhistas	213.957	235.319
IR e CSLL	21.748	21.498
Sinistros	29.976	21.376
Outros	2.832	815
Total	268.513	442.265

(*) Variação referente a realização do processo LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991, conforme nota explicativa 15i.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 193.699 (193.699 em dezembro de 2019) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários a conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Durante o exercício de 2020, foi deliberado pelos Administradores, através de Reunião da Diretoria, realizada em 27 de fevereiro, 30 de junho e 28 de dezembro, a destinação de dividendos no montante de R\$ 594.583 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária e também o pagamento de dividendos antecipados no montante de R\$ 1.355.417 como parte de distribuição do resultado de 2020.

A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	2.686.655	3.758.721
Constituição da reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	2.686.655	3.758.721
Dividendos pagos	1.355.417	2.699.138
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquidos dos impostos retidos na fonte).....	97.750	182.750
Dividendos propostos	-	250.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício.....	54,09%	83,32%

b. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

iii. Previdência - PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	50.485.845	48.938.528
Recebimento de contribuições líquidas de carregamento.....	2.667.670	2.882.617
Pagamento de benefícios	(892.239)	(869.371)
Pagamento de resgates	(2.899.348)	(2.697.073)
Atualização monetária e juros	4.681.814	3.832.265
Portabilidades.....	(909.497)	(1.415.480)
Outras movimentações.....	100.627	(185.641)
Saldo em 31 de dezembro	53.234.872	50.485.845

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	Vida	Agenciamento
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	39.792	55.341
Constituição.....	7.898	10.977
Apropriação	(22.717)	(26.526)
Saldo em 31 de dezembro	24.973	39.792

d. Aging de sinistros judiciais

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2020 Total
Provisão de sinistros a liquidar	147.295	285.134	607.399	1.039.828
Total	147.295	285.134	607.399	1.039.828

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	2019 Total
Provisão de sinistros a liquidar	112.134	275.248	542.550	929.932
Total	112.134	275.248	542.550	929.932

e. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

c. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

17. Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 (alterada pelas Resoluções CNSP nº 343/16 e 360/2017), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido contábil	7.480.016
Ajustes contábeis:	(157.351)
(-) Despesas antecipadas	(4.309)
(-) Ativos intangíveis	(128.069)
(-) Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionados a PPNG	(24.973)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	3.825.395
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	3.789.219
(-) Redução no TAP referente à diferença de mercado dos ativos vinculados	(1.620.213)
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	1.656.389
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	11.148.060
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	4.761.689
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (1)	4.761.689
Capital adicional de risco de subscrição	2.775.109
Capital adicional de risco de crédito	233.770
Capital adicional de risco de mercado	2.841.307
Capital adicional de risco operacional	206.229
Efeito da correlação (benefícios)	(1.294.726)
Suficiência de capital (PLA – CMR)	6.386.371
Ativos líquidos	59.415.987
Suficiência dos Ativos Garantidores dos ativos líquidos (2)	10.600.836
Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de Índice de Liquidez (3)	4.787.020
Índice de Liquidez em relação ao CR (4)	221%

- Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.
- Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de Provisões Técnicas líquidas dos valores redutores da necessidade de cobertura.
- Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).
- O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%.
- Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016.

18. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

Benefícios de curto prazo à Administradores				
	2020	2019		
Proventos	8.340	13.457		
Encargos sociais	1.877	3.028		
Planos de previdência complementar de contribuição definida	9.300	7.980		
Total	19.517	24.465		
A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.				
b) Outros				
As operações promissoras indicadas na nota explicativa nº4(b), tem como contra parte o Banco Bradesco S.A. A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal-chave da administração.				
20 Principais ramos de atuação				
Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %	2020
Seguros de pessoas	4.264.605	39,84	17,93	
Previdência - risco	691.375	14,73	2,89	
Total	4.955.980			
Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %	2019
Seguros de pessoas	4.948.189	29,73	18,25	
Previdência - risco	773.520	18,84	5,70	
Total	5.721.709			
21. Detalhamento das contas de resultado				
a. Prêmios ganhos				
	2020	2019		
Prêmios diretos.....	8.073.367	8.312.769		
Contribuições de riscos	710.773	1.060.419		
Prêmios cedidos cosseguros.....	(42.847)	(50.240)		
Variações das provisões técnicas	(3.785.313)	(3.601.239)		
Total	4.955.980	5.721.709		
b. Sinistros ocorridos				
	2020	2019		
Sinistros	(1.698.163)	(1.553.704)		
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(20.935)	47.871		
Serviço de assistência.....	(91.104)	(121.533)		
Recuperação de sinistros	9.457	10.737		
Total	(1.800.745)	(1.616.629)		
c. Custos de aquisição - Seguros e previdência				
	2020	2019		
Comissões e agenciamento - seguros	(770.352)	(932.379)		
Comissões e agenciamento - previdência e VGBL	(7.279)	(13.213)		
Despesas relacionadas a vendas.....	(35.544)	(43.807)		
Despesas com encargos sociais	(581)	(2.921)		
Variação das despesas de comercialização diferidas	(14.819)	(15.549)		
Recuperação de comissões	543	599		
Total	(828.032)	(1.007.270)		
d. Outras receitas e despesas operacionais - Vida				
	2020	2019		
Despesas com títulos de capitalização	(31.548)	(35.909)		
Provisão/reversão para risco de crédito	(3.421)	(20.200)		
Despesas com administração de apólice	(16.876)	(24.384)		
Provisão de processos judiciais cíveis	8.285	(5.153)		
Despesas com encargos sociais e lucros atribuídos	(4.183)	(2.835)		
Outras receitas e despesas operacionais	(170.233)	(5.324)		
Total	(217.976)	(93.805)		
e. Resultado com operações de resseguro				
	2020	2019		
Prêmios resseguros cedidos	(17.608)	(27.170)		
Variação da provisão IBNR – resseguro	1.251	649		
Recuperação de indenização de resseguro	7.481	25.828		
Variação da Provisão da PPNG	(84)	2.513		
Outros resultados com operações de resseguro	-	(1.039)		
Receitas com participações em lucros	-	860		
Total	(8.960)	1.641		
f. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL				
	2020	2019		
VGBL	22.727.723	25.563.864		
PGBL	2.557.729	2.770.148		
Previdência	122.286	124.336		
Total	25.407.718	28.458.348		
g. Rendas com taxas de gestão				
	2020	2019		
VGBL	1.578.774	1.711.720		
PGBL	285.325	304.674		
Previdência	11.602	11.977		
Total	1.875.701	2.028.371		
h. Outras receitas e despesas operacionais – Previdência				
	2020	2019		
Reversão/provisão para riscos sobre outros créditos	(20.541)	(19.328)		
Provisão de processos judiciais cíveis	53.633	11.820		
Outras receitas e despesas operacionais	15.350	21.402		
Total	48.442	13.894		
i. Despesas administrativas				
	2020	2019		
Despesas com pessoal próprio:	(433.334)	(563.899)		
Ordenados	(129.290)	(120.063)		
INSS/FGTS	(47.682)	(46.235)		
Planos de previdência privada	(11.742)	(13.522)		
Honorários da administração	(8.415)	(13.702)		
Programa de alimentação ao trabalhador	(9.907)	(9.442)		
Despesas com vale transporte	(3.174)	(5.014)		
Outras	(223.124)	(355.921)		
Despesas com localização e funcionamento	(111.112)	(120.737)		
Despesas com serviços de terceiros	(139.032)	(137.667)		
Despesas com donativos e contribuições	(23.771)	(47.725)		
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(32.910)	(49.881)		
Despesas administrativas diversas	(3.220)	(9.965)		
Total	(743.379)	(929.874)		

j. Despesas com tributos				
	2020	2019		
Despesas com COFINS	(218.232)	(273.431)		
Despesas com PIS	(35.087)	(44.433)		
Despesas com ISS	(38.248)	(41.990)		
Despesas com taxa de fiscalização	(3.613)	(4.343)		
Outras despesas com tributos	(823)	(1.268)		
Total	(296.003)	(365.465)		
k. Resultado financeiro				
i. Receitas financeiras				
	2020	2019		
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos				
garantidores de planos de benefícios	5.949.245	13.241.421		
Receitas com títulos de renda fixa	8.269.764	5.182.432		
Receitas com títulos de renda variável - juros ao capital próprio, dividendos e ações	277.075	322.863		
Outras receitas financeiras	22.391	35.398		
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	9.013	14.407		
Receitas com títulos de renda variável	10.140	35.812		
Receitas com operações de seguros e resseguros	1.693	2.032		
Total	14.539.321	18.834.365		
ii. Despesas financeiras				
Despesas financeiras com operações de VGBL	(5.013.649)	(10.996.283)		
Despesas financeiras com operações de previdência e PGBL	(7.090.249)	(4.908.359)		
Despesas com operações com seguros e resseguros	(918.100)	(531.997)		
Despesas com títulos de renda fixa	(9.120)	(252.284)		
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais	(89.055)	(86.608)		
Despesas com títulos de renda variável - ações	(112.486)	(42.680)		
Atualização monetária de processos judiciais e juros	(73.195)	(15.649)		
Despesas com títulos de renda variável	(13.889)	(34.331)		
Outras despesas de seguros	(1.692)	75		
Total	(13.321.435)	(16.868.116)		
Total	1.217.886	1.966.249		
l. Imposto de renda e contribuição social				
	2020	2019		
Impostos diferidos				
Constituição no exercício sobre adições temporárias	20.556	25.183		
Impostos correntes				
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.677.501)	(2.304.212)		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(1.656.945)	(2.279.029)		
22. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social				
	2020	2019		
Resultado antes de impostos e participações	4.349.767	6.047.410		
(-) Juros sobre capital próprio	(115.000)	(215.000)		
Resultado ajustado	4.234.767	5.832.410		
- Adições	231.749	154.365		
- Exclusões	(221.431)	(68.087)		
Lucro tributável	4.245.085	5.918.688		
- Tributos correntes	(1.698.034)	(2.367.475)		
- Tributos diferidos	20.555	25.182		
- PAT	1.453	1.315		
- Incentivos Fiscais	21.159	46.176		
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	(2.078)	15.773		
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(1.656.945)	(2.279.029)		
Alíquota efetiva	38,09%	37,69%		

	2020	2019
Resultado antes de impostos e participações	4.349.767	6.047.410
(-) Juros sobre capital próprio	(115.000)	(215.000)
Resultado ajustado	4.234.767	5.832.410
- Adições	231.749	154.365
- Exclusões	(221.431)	(68.087)
Lucro tributável	4.245.085	5.918.688
- Tributos correntes	(1.698.034)	(2.367.475)
- Tributos diferidos	20.555	25.182
- PAT	1.453	1.315
- Incentivos Fiscais	21.159	46.176
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	(2.078)	15.773
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(1.656.945)	(2.279.029)
Alíquota efetiva	38,09%	37,69%

DIRETORIA			
Jorge Pohlmann Nasser - Diretor-Presidente	Alexandre Nogueira da Silva - Diretor	Bernardo Ferreira Castello	
Ivan Luiz Gontijo Júnior - Diretor-Gerente	Vinicius Marinho da Cruz - Diretor	Atuário - MIBA 1717	
Jair de Almeida Lacerda Júnior - Diretor-Gerente	Bernardo Ferreira Castello - Diretor	João Batista Zorzete	
Américo Pinto Gomes - Diretor Gerente	Valdirene Soares Secato - Diretora	Contador - CRC 1SP248285/O-9	
Gedson Oliveira Santos - Diretor	Pedro Bosquiere Junior - Diretor		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e ao Conselho de Administração da Bradesco Vida e Previdência S.A. Barueri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em